



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS
Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

PROCESSO Nº: 043/2024

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 17:00 horas do 02/05/2024

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 17:00 horas do 02/05/2024

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:59 horas do dia 07/05/2024

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 09:00 horas do dia 07/05/2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 07/05/2024

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço:
www.portaldecompraspublicas.com.br.

O pregão será realizado pela Pregoeira oficial designada pela *Portaria 12/2024 – SG de 19 de janeiro de 2024*.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** do Tipo **menor preço por item**, para aquisição do objeto especificado no **Anexo I** deste Edital, por meio da Pregoeira, sediado na Rua Francisco Richter, 601, centro de Entre-Ijuís/RS, nos termos *Leis Federais: nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei nº 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e Complementar nº 123/2006*, bem como na forma do *Decreto Municipal nº 03/2024 de 03 de janeiro de 2024* e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência **Anexo I** e neste Edital.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidora designada, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. A servidora terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao Gabinete do Prefeito Municipal e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página <https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao> e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro para os veículos da Frota Municipal de Entre-Ijuís,



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do **Anexo I** deste Edital.

2.2. A licitação será dividida **em itens, LOTE ÚNICO**, conforme tabela constante do Termo de Referência **Anexo I**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

O quadro a seguir apresenta a estimativa de custo da contratação:

LOTE ÚNICO				
ITEM	Veículo a ser segurado	Descrição do Seguro	Cobertura /Serviços	Valor unitário
01	Veículo SPIN MT LTZ 1.8L Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº IUR-6585 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi n 9BGJC75Z0EB149587 Renavam nº 00566818078 Lotação 7P – 108CV – FLEX - Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.705,38
02	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1933 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3194863 Renavam nº 01175058022 Lotação 5P – 88CV – FLEX -Gabiente	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.540,53
03	Veículo : CRUZE MID NB AT - Preto Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JCL0E71 Ano/Mod: 2023/2023 Chassi nº: 8AGBM69S0PR146549 Renavam nº 01374681196 Lotação 5P – 153CV - Gabinete do Prefeito	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.846,83
04	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1934 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3189608 Renavam nº 01175058391 Lotação 5P – 88CV – FLEX – Sec. Educação	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.540,53
05	Veículo SEDAN FIESTA 1.6 Marca/modelo: FORD Placa nº ITJ-7531 Ano/Mod: 2012/2013 Chassi nº 9BFZF54P1D8392591 Renavam nº 00479750785 Lotação 5P – 107CV – FLEX – Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.287,24
06	Caminhonete NOVA SAVEIRO CS 1.6 FLEX Marca/modelo: VOLKSWAGEN Placa nº IUN-4796 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi nº 9BWKB05U5EP048404 Renavam nº 00551725699 Capac. 0,71T – 104CV – FLEX - Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 2 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.871,82
07	Veículo CRUZE LT 1.8 16V AT Marca/modelo: CHEVROLET SEDAN Placa IUL-3517 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi n 9BGPB69MODB292623 Renavam nº 00545548624 Lotação 5P – 144CV – FLEX – Sec. Fazenda	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.840,34
08	Veículo DOBLO ESSENCE 1.8 16V Marca/modelo: FIAT Placa IWA-2673 Ano/Mod: 2014-2015 Chassi n 9BD119609F1121645	Casco 100% da FIPE- Bônus 3 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00	3.827,74



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Renavam nº 01023483022 Lotação 7P – 132CV – FLEX – Sec. Educação	e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	
09	Veículo SEDAN SIENA EL 1.4 FLEX Marca/modelo: FIAT Placa nº IWC-5919 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 8AP372171F6103227 Renavam nº 01027929009 Lotação 5P – 86CV – FLEX – Sec. Agricultura	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 3 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.272,52
10	Veículo CLIO EXP 1.0 16V HATCH Marca/modelo: RENAULT Placa nº IXI-3194 Ano/Mod: 2016/2016 Chassi n 8ª1BB8215GL330538 Renavam nº 01091211903 Lotação 5P – 80CV – FLEX - Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 2 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.327,73
11	Veículo MONTANA CONQUEST 1.4 ECONOFLEX Marca/modelo: GM Placa nº MHJ-4416 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 9BGXL80POAC236393 Renavam nº 00213695324 Lotação 0,70T - 105CV – FLEX - Agric	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.607,90
12	Veículo AIRCROSS START MT 1.6 16V FLEX Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYP-8152 Ano/Mod: 2018/2018 Chassi n 935SUNFN1JB530493 Renavam nº 01157495971 Lotação 5P - 122CV – FLEX - CTutelar	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.461,36
13	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2043 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510214 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.668,22
14	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2042 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510174 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.668,22
15	Veículo MASTER MINIBUS L3H2 2.5DCI 16v AMBULÂNCIA Marca/modelo: RENAULT Placa nº IRN-4146 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 93YADCUH6AJ453012 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	5.188,60
16	Veículo TORO FREEDOM 4X4 2.0 (Aut) 16v TB 4 Marca/modelo: FIAT Placa nº IYB-8C11 Ano/Mod: 2017/2018 Chassi n 988226106JKB53298 Renavam nº 5P- CV- FLEX- Gabinete-DEMAN	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.550,33
17	Veículo SPRINTER 415-CDI 2.2 BI-TB VAN STD(T.A) Marca/modelo: Mercedes-benz Placa nº IYP-4278	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00	6.425,19



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Ano/Mod: 2018/2019 Chassi N°AC906633KE155117 Renavam n° Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde	e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	
18	Veículo : TRANSIT 2.2 FURGAO 350(Longo) TDCi 3p Marca/modelo: FORD Placa n° IOU 3855 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi N° WFOXXPTDFDTU83450 Renavam n° Lotação 3P - CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.779,94
19	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa n° JAU-0F36 Ano/Mod: 2021/2021 Chassi n 9BGJP7520MB236156 Renavam n° Lotação 7P – 108CV – FLEX - SeSaúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.234,78
20	Veículo: RENEGADE SPORT 4X2 1.3 (AT)(Flex) 4p A/T Marca/modelo: JEEP Placa n° JB0-0I91 Ano/Mod: 2022/2022 Chassi n 9886111KRNK462542 Renavam n° Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.462,11
21	Veículo: KWID INTENSE 1.0 12V Marca/modelo: RENAULT Placa n° JCB-5G97 Ano/Mod: 2023/2024 Chassi n° Renavam n° Lotação 5P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.926,38
22	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa n° JBO-3E89 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB166562 Renavam n°01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	5.630,90
23	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa n° JBO-3E90 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB172168 Renavam n°01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.380,90
24	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa n° JBR-2H32 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJJ7520PB206407 Renavam n°01329743269 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Ass. Social	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.335,70
25	Veículo : VW/GOL 1.0 Marca/modelo: Volksvagen Placa n° IJT-0093 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BWCA05Y31P034621 Renavam n° 00747307474 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.046,09



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



26	Veículo : CELTA 1.0L LS Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº ISG-4F42 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BGRG08F0CG228767 Renavam nº 00346016053 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.292,60
----	--	---	--	----------

2.3.O Valor estimado desta licitação é de **R\$ 92.719,77 (Noventa e dois mil, setecentos e dezenove reais e setenta e sete centavos).**

2.4.Os valores segurados deverão ser discriminados individualmente por veículo, pela empresa licitante no **LOTE 01.**

2.5.Todos os itens dos **veículos INCLUSOS no LOTE ÚNICO**, deverão constar franquias reduzidas, assistência 24h com guincho ilimitado, com carta verde de seguro obrigatório de terceiros nos países do Mercosul, quebra de vidros completo e sem carro reserva.

2.6.Todas características dos seguros descritas no **LOTE ÚNICO**, estão adequadas às intenções desta municipalidade e atendem às necessidades da mesma, tanto os valores iniciais do prêmio bem como dos capitais segurados discriminados por cada tipo de cobertura contratada.

3.DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1.As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do:

02.01 –GABINETE DO PREFEITO

04.03 –SEC. MUN. DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

05.03 –SEC. MUN. DE AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

06.02 –SEC. MUN. DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

07.01 –SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

08.01 –SEC. MUN. DE SAÚDE

09.01 –SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa de Trabalho nº:

041220002

082430201

185410202

041220002

206060502

041220603

041220002

103010802

082440002

Natureza da Despesa:

2002000

2136000

2211000

2016000

2032000

2047000

2078000

2252000

2123000 e

Fonte de Recursos: **3.3.90.39**, conforme descrito no Termo de Referência **Anexo I.**

4.DO PAC – PREVISÃO ANUAL DE COMPRAS:

O objeto da contratação se encontra previsto nos item 03 da Previsão Anual de Compras. (PAC), [Decreto Municipal nº 33 de 23 de janeiro de 2024](#), e aprovado pela Autoridade Competente pelo [Decreto Municipal nº 34 de 23 de janeiro de 2024](#).

Previsão Anual de Compras 2024

Prefeitura Municipal de Entre Ijuís

Publicado no site do Município <https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao> e Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/famurs,

Serviço de Pessoa Jurídica- Veículos												
ITEM	DESCRIÇÃO	unid	ADM	SMAS	SAUDE	SME C	FAZEND A	CMV	GABINETE	OBRAS	AGRIC	TOTAL
3	Seguro de veículos	Veic	0	1	12	10	1	0	4	4	2	34



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



5.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [art 164 da Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do [Sistema Portal de Compras Públicas](#) no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.3. Caberá a Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

5.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

5.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do [Sistema Portal de Compras Públicas](#) no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e ou marta@hotmail.com.br.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

5.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

5.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

5.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

6.DA PARTICIPAÇÃO DO PREGÃO:

6.1. Poderão participar da licitação as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que:

6.1.1. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF e no [Sistema Portal de Compras Públicas](#).

6.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

6.2.1. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



6.7. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

6.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

6.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

6.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

6.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.8. O impedimento de que trata o item 5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.11. O disposto nos itens 5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

6.13. A vedação de que trata o item 5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.14. O autor do Termo de Referência, **Anexo I** deste edital, pessoa física ou jurídica.

6.15. As sociedades empresárias:

6.15.1. que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

6.15.2. que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

6.15.3. que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS** e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP** (Portal Transparência);

6.15.4. que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



6.15.5. integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6.15.6. que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.15.7. cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Município de Entre-Ijuís/RS, em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes;

6.15.8. estrangeiras que não funcionem no país;

6.16. O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.

6.17. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).

6.18. Será realizada pesquisa junto ao **CEIS (CGU)**, junto ao **CNJ** (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

7. DO CREDENCIAMENTO:

7.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo **Portal de Compras Públicas**, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do **sistema eletrônico Portal de Compras Públicas**, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.2.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falelcom@portaldecompraspublicas.com.br.

7.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Entre-Ijuís/RS, responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. O credenciamento junto ao **Portal de Compras Públicas** implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7.6. O Pregão será conduzido pelo Município de Entre-Ijuís/RS, com apoio técnico e operacional do **Portal de Compras Públicas**, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA

8.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto (contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência), ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. *Art. 55, inciso I, alínea "a".*

8.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

8.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



8.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.3.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

8.3.2. Descrição detalhada dos equipamentos indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

8.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

8.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on line**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

8.7.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), quando for o caso - **Anexo VII**

8.7.1.1. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.7.2. Declaração de ciência e termo de responsabilidade e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital – **Anexo VIII**

8.7.3. Declaração de **não Realização de Visita Técnica** Processo Licitatório - **Anexo IX**

8.7.4. Declaração de **Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados** - **Anexo X**

8.8. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição da Pregoeira.

8.9. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na [Lei 14.133/2021](#) e neste Edital.

8.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA E DA FORMAÇÃO DE LANCES:

9.1. A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando da Pregoeira, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência **Anexo I, (Art. 59, da Lei 14.133/21)**

9.3.1. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

9.3.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3.2.1. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;

9.3.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.3. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através do Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**, de acordo com o Termo de Referência **Anexo I** deste Edital.

9.7.2. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.7.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no valor de um centavo de real (**R\$ 0,01**), de acordo com ([Art. 22, § 1º, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)).

9.7.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. [Art. 56 da Lei 14.133/21](#)

9.7.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.7.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.7.8. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.7.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.7.10. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.7.11. Poderá a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.7.12. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo **02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência **Anexo I**. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a pregoeira, poderá convocar no CHAT para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

9.7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pela pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

9.7.16. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.10. Se a Pregoeira entender que o lance ofertado é absolutamente inexecutável, ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



9.10.1. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 75%. (**§4º do Art. 59 da Lei 14.133/21**).

9.10.2. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

9.11. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.11.1. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes do certame publicada no **Portal de Compras Públicas**, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

9.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da Pregoeira.

9.12.1. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos **arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006**, regulamentada pelo **Decreto nº 8.538, de 2015**.

9.15. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.17. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **art. 60, §1º da Lei nº 14.133/21**, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.20.1. no País;

9.20.2. por empresas brasileiras;

9.20.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.20.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.22.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.23. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



10. DO EMPATE:

10.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os [Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#), mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

10.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item 10.1, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

10.1.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma do item 10 e seguintes;

10.1.3. Não apresentada proposta na condição cima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#).

10.1.6. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do item 10 e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

10.1.7. O disposto nos subitens 10.1.1 a 10.1.6, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.1.8. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

10.2. Se a pregoeira observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: [art. 60, §1º da Lei nº 14.133/21](#)

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; ([Vide Decreto nº 11.430, de 2023](#)) Vigência

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos [termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

11. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA:

11.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, a Pregoeira encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#).

12.2. A Pregoeira convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo **de 2 (duas) horas**, por meio de campo próprio do Sistema, ou por e-mail: marta@pmei.rs.gov.br, sob pena de desclassificação.

12.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Pregoeira, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

12.2.2. A proposta deve conter:

- a)** Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- b)** O preço unitário e total para cada item cotado, **especificados** no Termo de Referência **Anexo I** deste Edital, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c)** A descrição do objeto de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;
- d)** O prazo de garantia do bem, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo do objeto;
- e)** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da licitação, de acordo com [Art. 90 §3 da Lei 14.133/21](#);
- f)** Prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados da liberação do recurso e Ordem de Entrega;
- g)** Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

12.3. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem 12.2.2, ou o descumprimento das diligências determinadas pela Pregoeira acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

12.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência **Anexo I**.

12.5.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando a Pregoeira, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

12.6. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

12.7. A Pregoeira em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, **Anexo I** ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no item 12.2.

12.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.8.1. Nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos nos itens 8 e 9.

12.9. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos [artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006](#), seguindo-se a disciplina estabelecida no item 9 deste edital, se for o caso.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência **Anexo I**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



13.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.2.1. SICAF;

13.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

13.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

13.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

13.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos [artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.2.6. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

13.3. A Pregoeira consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.3.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial ([Lei nº 11.101, de 09/02/2005](#)), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

II – As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) cotado(s) constante do **Anexo I, que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer.**

III – Declaração de Enquadramento como ME/EPP – **Anexo VII.**

IV – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade – **Anexo VIII**

V – Declaração de não Realização de Visita Técnica – **Anexo IX**

VI – Declaração de Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – **LGPD – Anexo X**

a) A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados ou pelo Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme regulado pelo subitem 13.4.3 deste edital.

13.3.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF, acusar como situação do fornecedor algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

13.4. Os licitantes além do cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

13.1. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI;

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V – Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;

VI – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



VII – Ata de fundação da cooperativa e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#), quando participação de Cooperativa;

VIII – Declaração de Aptidão ao PRONAF– DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012](#), quando participação de Agricultura Familiar;

IX – Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#) quando participação de produtor rural;

13.4.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuinte **Estadual, Municipal ou do Distrito Federal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – Prova de regularidade para com as **Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital**, do domicílio ou sede da licitante;

IV – Prova de **regularidade fiscal** perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

V – Certificado de Regularidade perante o **FGTS**, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

VI – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

13.4.2.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

13.4.2.2. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

13.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – **Certidão Negativa de falência**, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial ([Lei nº 11.101, de 9.2.2005](#)), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

II – **Balanco Patrimonial** e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. ([Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015](#));

b. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

c. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

d. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o [artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

e. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

13.4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante prestado serviço compatível como o objeto desta licitação, que comprove o fornecimento na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do total de itens cotados na proposta, similar ou do mesmo ramo de atividade econômica, acompanhado de cópias do contrato administrativo ou Nota Fiscal, afim de que se averigüe a veracidade do atestado, e devidamente registrado em órgão competente. Não serão considerados atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo empresarial ou de qualquer outra natureza. **O(s) atestado(s) de capacidade técnica** apresentado(s) deverá(ão) se referir aos serviços, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, bem como no cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.

II - Apresentar **Atestado de Visita Técnica** assinado pelo responsável Técnico do Município de Entre-Ijuís ou declaração de dispensa da visita técnica, alegando a sua responsabilidade, [art. 67, V, da Lei Federal nº 14.133/2021](#) - **Anexo IX**.

13.4.5. ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO

I - Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#) - **Anexo V – Declaração Conjunta**.

13.5. DA HABILITAÇÃO DAS MES / EPPs

13.5.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da [Lei Complementar nº 123/2006](#), deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

13.5.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.5.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.5.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. [Art 43 da Lei Complementar nº 123/2006](#)

13.5.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.5.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Município de Entre-Ijuís/RS, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

13.5.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos no [Art 1º da Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado:

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.6. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

13.6.1. Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados em até 2 (duas) horas, exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.

13.6.2. Os documentos de habilitação serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário do Município de Entre-Ijuís/RS, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, juntamente com a proposta de preços em envelope fechado e



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, na forma do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Edital.

13.6.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

13.6.4. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias.

13.6.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.6.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

13.6.7. No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.6.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos [artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006](#), seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.6.9. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.6.10. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recurso no prazo de 15 (quinze) minutos.**

14.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando a pregoeira autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

14.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.1.3. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer ao Município de Entre-Ijuís/RS, situado à Rua Francisco Richter, 601, CEP:98.855-000, fone: (55) 2120-2779, e-mail: marta@pmei.rs.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h30min, e, das 13h30min às 17h.

14.2. Recebida a intenção de interpor recurso pela Pregoeira, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

14.2.1. As razões e contrarrazões serão recebidas por meio de campo próprio no Sistema, e/ou diretamente a Pregoeira, ao Município de Entre-Ijuís/RS, situado à Rua Francisco Richter, 601, CEP:98.855-000, fone: (55) 2120-2779, e-mail: marta@pmei.rs.gov.br, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h30min, e, das 13h30min às 17h, do **Pregão Eletrônico nº 010/2024.**

14.3. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Departamento Jurídico, para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no item 14.1.3 neste Edital.

14.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

15.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato da Autoridade Superior, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, ao Departamento Jurídico.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior homologará o procedimento licitatório, [Art 71, inciso IV da Lei 14.133/21](#).

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Obriga-se a empresa vencedora:

16.1. Fornecimento total dos serviços levado a efeito para essa finalidade oferecendo as Coberturas conforme previstas no Edital;

16.2. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da nota de empenho;

16.3. Providenciar o imediato atendimento das exigências pactuadas no Edital para a finalidade do mesmo, o que envolve a qualidade, agilidade, a competência profissional e o uso do conhecimento e experiência na condução do ato;

16.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do contrato e ou fornecimentos do objeto;

16.5. Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís ou a terceiros, por seus funcionários ou decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, indenizando os danos motivados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;

16.6. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Entre-Ijuís;

16.7. Realizar vistoria nos veículos assegurados, antes da assinatura do contrato; caso contrário acatará a recepção dos mesmos na condição de perfeito estado;

16.8. Indicar preposto ou representante habilitado pela SUSEP, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato;

16.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem sub-contratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, deste órgão licitante.

16.10. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

16.11. Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

16.12. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

16.13. reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

16.14. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos serviços;

16.15. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência dos serviços fornecidos, sem qualquer ônus adicional;

16.16. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

16.17. Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

16.18. A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

16.19. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

16.20. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.

16.21. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



16.22. Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital:

https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

16.23. Constitui obrigação da contratada o cumprimento integral das obrigações e exigências constantes no Termo de Referência e no Contrato, **Anexos I e VI** ao presente edital.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

17.1. Indicar o Fiscal e Gestor do Contrato, conforme disposto no [Art 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada

17.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

17.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço prestado.

17.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer, débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Fiscal e Gestor do Contrato, especialmente designados pelo Município de Entre-Ijuís, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, de acordo com o Termo de Referência **Anexo I** deste Edital.

18.2. As regras de fiscalização, recebimento, atesto e pagamento estão definidas na minuta contratual, **Anexo VI** deste Edital, ou no instrumento equivalente.

19. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

19.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.3.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

19.3.4. deixar de apresentar amostra; ou

19.3.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.3.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.3.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.3.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.3.9. fraudar a licitação

19.3.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

b) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

c) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

d) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

19.4. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.4.1. advertência;

19.4.2. multa;

19.4.3. impedimento de licitar e contratar; e

19.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



19.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

19.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

19.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.5.6. Na aplicação das multas:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13, de 10% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13, de 10% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita no subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas no subitem 13.2, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita no subitem 13.3, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

19.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.8. A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com o Município de Entre-Ijuís.

19.9. Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no *inciso II, do art. 156 da Lei nº 14.133/21*, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no *art. 162 da Lei 14.133/21*.

19.9.1. a aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na *Lei Federal nº 14.133, de 2021*.

19.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.13. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.4, ao 19.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1 ao 19.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no *art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021*.

19.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do *art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022*.

19.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.16. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



19.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.19. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. Os licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

20.2.1.Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

20.2.2.Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

20.2.3.Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

20.2.4.Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

20.2.5.Prática obstrutiva:

a)destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

b)atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

20.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1.O Município de Entre-Ijuís/RS, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

21.1.1.A anulação do pregão induz à do contrato.

21.1.2.A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

21.2.É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.3.Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do Município de Entre-Ijuís/RS.

21.4.O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. A critério da pregoeira, o prazo para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

21.7. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.

21.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.8.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.9. O foro da cidade de Santo Ângelo/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

21.10. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Pregoeira, no endereço eletrônico mencionado neste Edital, item 21.13, ou através do fone (55) 2120-2779.

21.11. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de Entre-Ijuís/RS, sem prejuízo do disposto no **§1º do art.55, da Lei nº 14.133/21**.

21.12. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, no *Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)* e também na página <https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao>

21.13. O inteiro teor do processo está disponível para vista aos interessados, no Município de Entre-Ijuís, sito a Rua Francisco Richter, 601, Centro, de Entre-Ijuís/RS, CEP 98.855-000, fone: (55) 2120-2779, e-mail: marta@pmei.rs.gov.br

21.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO III – RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS

ANEXO IV - PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO V – DECLARAÇÃO CONJUNTA

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE;

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA PROCESSO LICITATÓRIO

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

ANEXO XI – VALOR DE REFERÊNCIA

Entre-Ijuís, 03 de abril de 2024.

Eduarda Cardoso da Costa
Agente Público



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021)

Tem por finalidade a contratação de pessoa jurídica para assegurar a frota de veículos do transporte escolar e Veículos em Geral de uso das Secretarias Municipais do Município de Entre-Ijuís visando a segurança dos seus usuários pelo período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

2 - INFORMAÇÕES RESUMIDAS

Secretaria Requisitante	Secretarias Municipais
Objeto (resumido)	Seguro da Frota Municipal com 26 veículos
Prazo para entrega	15 dias
Valor total estimado	92.719,86

3 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/2021)

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro para os veículos da Frota Municipal de Entre-Ijuís.

Os parâmetros de estimativa de custos seguiram as diretrizes dos normativos do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da obtenção de cotações das mais diferentes fontes de forma a refletir os preços praticados no mercado, conforme planilha estimativa anexa a este documento, acompanhadas dos preços unitários referenciais e o tratamento estatístico; sendo que juntados aos autos constam os documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços.

O quadro a seguir apresenta a estimativa de custo da contratação:

LOTE ÚNICO – Seguro Frota Geral				
ITEM	Veículo a ser segurado	Descrição do Seguro	Cobertura /Serviços	Valor unitário
01	Veículo SPIN MT LTZ 1.8L Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº IUR-6585 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi n 9BGJC75Z0EB149587 Renavam nº 00566818078 Lotação 7P – 108CV – FLEX - Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.705,38
02	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1933 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3194863 Renavam nº 01175058022 Lotação 5P – 88CV – FLEX -Gabiente	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.540,53
03	Veículo : CRUZE MID NB AT - Preto Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JCL0E71 Ano/Mod: 2023/2023 Chassi nº: 8AGBM69S0PR146549 Renavam nº 01374681196 Lotação 5P – 153CV - Gabinete do Prefeito	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.846,83
04	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1934 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3189608 Renavam nº 01175058391 Lotação 5P – 88CV – FLEX – Sec. Educação	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.540,53
05	Veículo SEDAN FIESTA 1.6 Marca/modelo: FORD Placa nº ITJ-7531 Ano/Mod: 2012/2013	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00	2.287,24



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



	Chassi nº 9BFZF54P1D8392591 Renavam nº 00479750785 Lotação 5P – 107CV – FLEX – Sec. Obras	passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	
06	Caminhonete NOVA SAVEIRO CS 1.6 FLEX Marca/modelo: VOLKSWAGEN Placa nº IUN-4796 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi nº 9BWK05U5EP048404 Renavam nº 00551725699 Capac. 0,71T – 104CV – FLEX - Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 2 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.871,82
07	Veículo CRUZE LT 1.8 16V AT Marca/modelo: CHEVROLET SEDAN Placa IUL-3517 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi n 9BGPB69MODB292623 Renavam nº 00545548624 Lotação 5P – 144CV – FLEX – Sec. Fazenda	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.840,34
08	Veículo DOBLO ESSENCE 1.8 16V Marca/modelo: FIAT Placa IWA-2673 Ano/Mod: 2014-2015 Chassi n 9BD119609F1121645 Renavam nº 01023483022 Lotação 7P – 132CV – FLEX – Sec. Educação	Casco 100% da FIPE- Bônus 3 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.827,74
09	Veículo SEDAN SIENA EL 1.4 FLEX Marca/modelo: FIAT Placa nº IWC-5919 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 8AP372171F6103227 Renavam nº 01027929009 Lotação 5P – 86CV – FLEX – Sec. Agricultura	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 3 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.272,52
10	Veículo CLIO EXP 1.0 16V HATCH Marca/modelo: RENAULT Placa nº IXI-3194 Ano/Mod: 2016/2016 Chassi nº 8ª1BB8215GL330538 Renavam nº 01091211903 Lotação 5P – 80CV – FLEX - Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 2 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.327,73
11	Veículo MONTANA CONQUEST 1.4 ECONOFLEX Marca/modelo: GM Placa nº MHJ-4416 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 9BGXL80POAC236393 Renavam nº 00213695324 Lotação 0,70T - 105CV – FLEX - Agric	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.607,90
12	Veículo AIRCROSS START MT 1.6 16V FLEX Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYP-8152 Ano/Mod: 2018/2018 Chassi n 935SUNFN1JB530493 Renavam nº 01157495971 Lotação 5P - 122CV – FLEX - CTutelar	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.461,36
13	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2043 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510214 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.668,22
14	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2042	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00	2.668,22



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510174 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde	passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	
15	Veículo MASTER MINIBUS L3H2 2.5DCI 16v AMBULÂNCIA Marca/modelo: RENAULT Placa nº IRN-4146 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 93YADCUH6AJ453012 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	5.188,60
16	Veículo TORO FREEDOM 4X4 2.0 (Aut) 16v TB 4 Marca/modelo: FIAT Placa nº IYB-8C11 Ano/Mod: 2017/2018 Chassi n 988226106JKB53298 Renavam nº 5P- CV- FLEX- Gabinete-DEMAN	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.550,33
17	Veículo SPRINTER 415-CDI 2.2 Bi-TB VAN STD(T.A) Marca/modelo: Mercedes-benz Placa nº IYP-4278 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi N°AC906633KE155117 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	6.425,19
18	Veículo : TRANSIT 2.2 FURGÃO 350(Longo) TDCi 3p Marca/modelo: FORD Placa nº IOU 3855 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi N° WF0XXPTDFDTU83450 Renavam nº Lotação 3P - CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.779,94
19	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JAU-0F36 Ano/Mod: 2021/2021 Chassi n 9BGJP7520MB236156 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX – SeSaúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.234,78
20	Veículo: RENEGADE SPORT 4X2 1.3 (AT)(Flex) 4p A/T Marca/modelo: JEEP Placa nº JBO-0I91 Ano/Mod: 2022/2022 Chassi n 9886111KRKN462542 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.462,11
21	Veículo: KWID INTENSE 1.0 12V Marca/modelo: RENAULT Placa nº JCB-5G97 Ano/Mod: 2023/2024 Chassi nº Renavam nº Lotação 5P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.926,38
22	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E89 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB166562 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	5.630,90
23	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00	4.380,90



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Placa nº JBO-3E90 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB172168 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	
24	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBR-2H32 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJJ7520PB206407 Renavam nº01329743269 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Ass. Social	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.335,70
25	Veículo : VW/GOL 1.0 Marca/modelo: Volkswagen Placa nº IJT-0093 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BWCA05Y31P034621 Renavam nº 00747307474 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.046,09
26	Veículo : CELTA 1.0L LS Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº ISG-4F42 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BGRG08F0CG228767 Renavam nº 00346016053 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.292,60

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 92.719,77 (Noventa e dois mil, setecentos e dezenove reais, e setenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

As quantidades descritas acima são estimativas

A prestação de serviços de seguro para os veículos da Frota Municipal **SERÁ** dividida em **ITENS**, do **LOTE ÚNICO**, conforme tabela constante neste Termo de Referência.

Os pagamentos decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício.

A aquisição é enquadrada como sendo de **prestação continuada**, nos termos do *inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021*;

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (*art. 25 do Decreto nº 11.462/2023*):

a)em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na *alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021*;

b)em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c)serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

d)poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação
Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado no mercado correspondente, observando-se o disposto no *Decreto Municipal nº 150/2023 de 30 de agosto de 2023*, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Entre-Ijuís, nos termos da *Lei Federal nº 14.133/2021*

4 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021)

O objeto da contratação se encontra previsto no item 03 da Previsão Anual de Compras. (PAC), *Decreto Municipal nº 33 de 23 de janeiro de 2024*, e aprovado pela Autoridade Competente pelo *Decreto Municipal nº 34 de 23 de janeiro de 2024*.

Previsão Anual de Compras 2024

Prefeitura Municipal de Entre Ijuís

Publicado no site do Município <https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao> e Diário Oficial do Município, no



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/famurs,

Serviço de Pessoa Jurídica- Veículos

ITEM	DESCRIÇÃO	unid	ADM	SMAS	SAUDE	SMEC	FAZENDA	CMV	GABINETE	OBRAS	AGRIC	TOTAL
3	Seguro de veículos	Veic	0	1	12	10	1	0	4	4	2	34

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro para os veículos da Frota Municipal, visando a necessidade de assegurar a integridade física e a salvaguarda e/ou recuperação do bem patrimonial segurado, aos usuários e terceiros da Frota em Geral (condutores, etc) e bens do Município, bem como, garantir pagamento da indenização ao Segurado ou ao Beneficiário por prejuízos ocorridos decorrentes dos riscos cobertos e a minimização das perdas e danos decorrentes de acidentes. Manter a segurança dos usuários e veículos da frota objetivando manter intactas a integridade física e a segurança dos usuários.

Com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 (vinte e quatro) horas, em **regime por preço unitário**, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

Oportunizar a qualidade nos serviços oferecidos pela Frota Municipal.

Promover um transporte com segurança a todos os usuários

Promover um transporte da frota de veículos em geral com segurança a todos os usuários.

A realização de processo de licitação para aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público de proceder-se:

a) Seguro total com ampla cobertura para os veículos da frota municipal de Entre-Ijuís/RS, para proteger o patrimônio público, bem como para proporcionar maior segurança aos servidores que utilizam desses veículos no desempenho de suas funções e também aos passageiros que são transportados.

b) Alguns destes veículos são ambulâncias, e veículos da Secretaria de Saúde que muitas das vezes transportam pacientes, que possuem consultas agendadas e ou em casos de emergências, ocorrendo assim o transporte em muitas das vezes até para Porto Alegre por exemplo, sendo assim é necessário um amparo para que caso haja algum imprevisto, os passageiros não fiquem desamparados.

c) Ademais, além da extrema importância é obrigação legal da Administração, o cuidado com o patrimônio, nesse caso, se dá também pela cobertura de possíveis indenizações em caso de acidentes, e da cobertura de eventuais reparos, além da restituição do valor do bem pela Tabela FIPE, em caso de perda total.

d) Tais resguardos, por certo, influem significativamente na proteção e cuidado com o patrimônio, além de serem notadamente ações de cuidado com o interesse público.

e) Por fim, aduz que os serviços de seguro licitados enquadram-se na [Lei nº 14.133/2021](#) (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos (grifamos):

Art. 6º Para fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

f) A natureza do objeto desta contratação observa-se que os padrões de desempenho e qualidade dos mesmos estão claramente definidos no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, conforme consta neste Termo de Referência, podendo constituir-se em objeto de Registro de Preços licitado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica.

Os serviços em questão são comuns, pois são facilmente prestados por diversas empresas e permitem estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, correspondendo às exigências da [Lei nº 14.133/21](#).

5 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea “c” e Art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A aquisição dos serviços mencionados na tabela acima, são serviços necessários na utilização dos veículos da Frota Municipal.

A solução envolve a aquisição/compra para fornecimento de uma só vez dos serviços de seguro.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



Os valores segurados deverão ser discriminados individualmente por veículo, pela empresa licitante no **LOTE ÚNICO**.

Todos os itens dos veículos **INCLUSOS no LOTE ÚNICO**, deverão constar franquias reduzidas, assistência 24h com guincho ilimitado, quebra de vidros completo e sem carro reserva, podendo ser atendimento diferenciado via reembolso.

Todas características dos seguros descritas no LOTE estão adequadas às intenções desta municipalidade e atendem às necessidades da mesma, tanto os valores iniciais do prêmio bem como dos capitais segurados discriminados por cada tipo de cobertura contratada.

O resultado que a Administração visa alcançar com esta contratação é garantir o fornecimento do seguro dos veículos, manter a segurança dos usuários e veículos da frota, objetivando manter intactas a integridade física e a segurança dos usuários.

DOS SERVIÇOS COMPREENDEM:

Ademais, os serviços visam ao aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, garantir a competitividade, e viabilizar o gerenciamento do contrato.

As empresas participantes devem atender as normas estabelecidas no Edital e neste termo, bem como, as regras legais e pertinentes a [Lei 14.133/21](#) e não estar incurso nas penalidades previstas no [art. 156, da Lei nº 14.133/21](#);

A empresa seguradora deve estar devidamente registrada na SUSEP e com sede estabelecida em qualquer área geográfica da federação.

Indicar preposto ou representante habilitado pelo número SUSEP (pessoa física ou jurídica), órgão do governo federal que regulamenta os seguros, as principais coberturas do seguro de automóvel são: Incêndio e Roubo, Compreensiva, Acidentes Pessoais de Passageiros e Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V), **num raio máximo de 100 quilômetros da sede do Município**, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato e atendimento de sinistros durante o período de vigência do plano de seguro contratual pass.

A empresa seguradora deve oferecer atendimento em caso de sinistro com um tempo de espera não superior à 60min de espera, dentro de um raio de 100 km da sede do município, e não superior à 120min em locais que ultrapassem os 100 km da sede do município, sendo que o descumprimento enseja desacordo contratual.

São as chamadas **coberturas básicas**, imprescindíveis para proteger veículo e ocupantes dos problemas mais comuns:

- Roubo ou furto que gere perda total ou parcial do automóvel;
- Incêndios ou explosões por diversas causas;
- Colisões, capotagens, derrapagens ou abalroamentos;
- Danos gerados por terceiros, que decorram de atos esporádicos, isolados e de forma involuntária;
- Prejuízos decorrentes de raios, ressacas, vendavais, terremotos e granizo;
- Danos ocasionados por inundações, enchentes e situações similares;
- Acidentes que envolvam o automóvel em seu transporte;
- Quedas de objetos sobre o carro, como por exemplo, vasos ou pedras.

São as principais **modalidades de seguros** para carros:

- **Seguro contra terceiros:** Este é indicado para possíveis problemas envolvendo outras pessoas em acidentes. Um exemplo de sua utilização é quando ocorre uma colisão e a outra parte, ou seja, a que não é segurada, passa a receber ressarcimentos por conta da situação vivenciada.
- **Seguro para acidentes envolvendo passageiros:** Nesta modalidade, a contratação se dá, principalmente, por quem trabalha com transporte de pessoas. É o caso de vans escolares, táxis e outros meios de transporte fretados. Neste caso, em virtude da natureza do serviço prestado, trata-se de um seguro de natureza obrigatório para estes profissionais.
- **Indenizações para perda total:** A perda total é entendida como o sinistro, seja ele roubo ou acidente, em que o veículo fique irrecuperável ou que seu conserto ultrapasse 75% de seu valor de mercado. Trata-se de um tipo de seguro que protege o patrimônio do proprietário de um automóvel.
- **Cobertura para desastres:** A cobertura deste tipo de seguro é destinada a ações relativas a calamidades públicas, como enchentes, nevascas e situações do tipo.
- **Seguro contra roubos e furtos:** Com o crescente aumento dos índices de violência, este é um dos seguros mais procurados. Vale pontuar que o montante estipulado para a apólice, neste caso, relaciona-se ao valor de mercado do automóvel.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



- **Seguro compreensivo:** Conhecido por sua ampla abrangência, neste caso, o que o seguro de carro cobre compreende todas as demais modalidades citadas, além de serviços relativos à assistência mecânica, por exemplo.

São chamadas **Franquia normal:**

Também conhecida como franquia básica, esse modelo é geralmente utilizado como base nas cotações, além de ser uma das mais escolhidas no momento de fechamento das apólices. Este tipo de franquia é indicado para motoristas mais experientes e que têm vivência no trânsito. O valor é considerado médio, principalmente se é feito um comparativo entre a reduzida e a majorada, os contrapontos entre a normal.

DOS MATERIAIS COMPREENDEM:

ITEM	Veículo a ser segurado
01	Veículo SPIN MT LTZ 1.8L Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº IUR-6585 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi n 9BGJC75Z0EB149587 Renavam nº 00566818078 Lotação 7P – 108CV – FLEX - Saúde
02	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1933 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3194863 Renavam nº 01175058022 Lotação 5P – 88CV – FLEX -Gabiente
03	Veículo : CRUZE MID NB AT – Preto Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JCL0E71 Ano/Mod: 2023/2023 Chassi nº: 8AGBM69S0PR146549 Renavam nº 01374681196 Lotação 5P – 153CV - Gabinete do Prefeito
04	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1934 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3189608 Renavam nº 01175058391 Lotação 5P – 88CV – FLEX – Sec. Educação
05	Veículo SEDAN FIESTA 1.6 Marca/modelo: FORD Placa nº ITJ-7531 Ano/Mod: 2012/2013 Chassi nº 9BFZF54P1D8392591 Renavam nº 00479750785 Lotação 5P – 107CV – FLEX – Sec. Obras
06	Caminhonete NOVA SAVEIRO CS 1.6 FLEX Marca/modelo: VOLKSWAGEN Placa nº IUN-4796 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi nº 9BWKB05U5EP048404 Renavam nº 00551725699 Capac. 0,71T – 104CV – FLEX - Obras
07	Veículo CRUZE LT 1.8 16V AT Marca/modelo: CHEVROLET SEDAN Placa IUL-3517 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi n 9BGPB69MODB292623 Renavam nº 00545548624 Lotação 5P – 144CV – FLEX – Sec. Fazenda
08	Veículo DOBLO ESSENCE 1.8 16V Marca/modelo: FIAT Placa IWA-2673 Ano/Mod: 2014-2015 Chassi n 9BD119609F1121645 Renavam nº 01023483022 Lotação 7P – 132CV – FLEX – Sec. Educação
09	Veículo SEDAN SIENA EL 1.4 FLEX Marca/modelo: FIAT Placa nº IWC-5919 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 8AP372171F6103227 Renavam nº 01027929009 Lotação 5P – 86CV – FLEX – Sec. Agricultura
10	Veículo CLIO EXP 1.0 16V HATCH Marca/modelo: RENAULT Placa nº IXI-3194 Ano/Mod: 2016/2016 Chassi nº 8²1BB8215GL330538 Renavam nº 01091211903 Lotação 5P – 80CV – FLEX - Saúde
11	Veículo MONTANA CONQUEST 1.4 ECONOFLEX Marca/modelo: GM Placa nº MHJ-4416 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 9BGXL80POAC236393 Renavam nº 00213695324 Lotação 0,70T - 105CV – FLEX - Agric
12	Veículo AIRCROSS START MT 1.6 16V FLEX Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYP-8152 Ano/Mod: 2018/2018 Chassi n 935SUNFN1JB530493 Renavam nº 01157495971 Lotação 5P - 122CV – FLEX - CTutelar
13	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2043 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510214 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde
14	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2042 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510174 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde
15	Veículo MASTER MINIBUS L3H2 2.5DCI 16v AMBULÂNCIA Marca/modelo: RENAULT Placa nº IRN-4146 Ano/Mod: 2010/2010



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



	Chassi n 93YADCUH6AJ453012 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde
16	Veículo TORO FREEDOM 4X4 2.0 (Aut) 16v TB 4 Marca/modelo: FIAT Placa nº IYB-8C11 Ano/Mod: 2017/2018 Chassi n 988226106JKB53298 Renavam nº 5P- CV- FLEX- Gabinete-DEMAN
17	Veículo SPRINTER 415-CDI 2.2 BI-TB VAN STD(T.AI Marca/modelo: Mercedes-benz Placa nº IYP-4278 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi N°AC906633KE155117 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde
18	Veículo : TRANSIT 2.2 FURGÃO 350(Longo) TDCi 3p Marca/modelo: FORD Placa nº IOU 3855 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi N° WF0XXPTDFDTU83450 Renavam nº Lotação 3P - CV – FLEX – Sec. Saúde
19	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JAU0F36 Ano/Mod: 2021/2021 Chassi n 9BGJP7520MB236156 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX – SeSaúde
20	Veículo: RENEGADE SPORT 4X2 1.3 (AT)(Flex) 4p A/T Marca/modelo: JEEP Placa nº JB00191 Ano/Mod: 2022/2022 Chassi n 9886111KRNK462542 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde
21	Veículo: KWID INTENSE 1.0 12V Marca/modelo: RENAULT Placa nº JCB-5G97 Ano/Mod: 2023/2024 Chassi nº Renavam nº Lotação 5P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde
22	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E89 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB166562 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde
23	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E90 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB172168 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde
24	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBR2H32 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJJ7520PB206407 Renavam nº01329743269 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Ass. Social
25	Veículo : VW/GOL 1.0 Marca/modelo: Volkswagen Placa nº IJT0093 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BWCA05Y31P034621 Renavam nº 00747307474 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras
26	Veículo : CELTA 1.0L LS Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº ISG4F42 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BGRG08F0CG228767 Renavam nº 00346016053 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras

PARCELAMENTO DO OBJETO

A adjudicação da presente contratação será **POR ITEM** em obediência a [sumula 247 do TCU](#): () É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade, (...)

SUSTENTABILIDADE

Na presente contratação foram aferidos critérios de sustentabilidade visto que o objeto não trará qualquer impacto ambiental.

Na escolha de itens, nos termos do [inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010](#), foram priorizados: estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável, incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

6 - DA VISTORIA TÉCNICA (Art. 63, da Lei nº 14.133/2021)

Da vistoria, a avaliação prévia é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h às 11:30 das



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



13h30min. às 17h. A vistoria procederá através de agendamento prévio através do e-mail marta@pmei.rs.gov.br, ou através do telefone (55) 2120-2779, juntamente ao setor de compras e licitações, ou na sede da Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís, sito a Rua Francisco Richter, 601, Centro, de Entre-Ijuís/RS, CEP 98.855-000, fone: (55) 2120-2779, cujo horário de funcionamento é segunda a sexta-feira, das 08h às 11:30 das 13h30min. às 17h.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Não serão realizadas visitas técnicas sem que tenham sido previamente agendadas.

A falta de vistoria não será motivo para a seguradora eximir-se de qualquer obrigação pertinente a este objeto, principalmente quanto à cobertura de equipamentos e acessórios, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Ao final da visita técnica a prefeitura emitirá declaração cientificando que a empresa visitou e tem pleno conhecimento dos veículos a serem segurados, firmada pelo visitante e pelo servidor que acompanhou a visita.

A declaração por hora emitida pelo município deverá ser anexada, juntamente a proposta e documentação solicitada no processo licitatório.

A empresa que optar **por não realizar a Visita técnica** deverá apresentar, acompanhado da documentação exigida no processo licitatório, declaração firmada pelo Responsável Legal, responsabilizando-se por cobrir às próprias custas todas e quaisquer eventualidades que advirem de condições que poderiam ter sido conhecidas em tal visita - **Anexo IX** do Edital.

7 - DA CLASSIFICAÇÃO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XVIII alínea "h", da Lei nº 14.133/2021)

Trata-se de aquisição de bens comuns, com fornecimento de veículos em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021](#). – Regulamenta o disposto no [art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e [Decreto Municipal nº 01/2024 de 03 de janeiro de 2024](#).

8 – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XVIII alínea "d", da Lei nº 14.133/2021)

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do [art. 105 da Lei 14.133/21](#).

A presente contratação adotará ao **regime por Preço Unitário**

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: POR ITEM

Justifica-se a contratação por valor unitário, no lote único, o qual o Município irá conseguir maior participação para cada item específico, além de atrair mais interessados no certame.

O Tribunal de Contas da União editou a Súmula (nº 247) cujo teor é claro e plenamente aplicável para licitações, conforme abaixo:

" É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá fornecer as apólices junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís e estar apta a desenvolver a finalidade para a qual fora contratada tão logo seja expedida o documento hábil autorizado pelo Departamento de Compras com a devida especificação do item;

a) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da licitação, de acordo com [Art. 90 §3 da Lei 14.133/21](#);

b) Prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados da liberação do recurso e Ordem de Entrega;

c) A cobertura de que trata o objeto deste Edital, terá sua vigência a partir de zero hora do **dia da assinatura do contrato, com a emissão da respectiva apólice**.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada como data de início dos serviços, a data do recebimento da respectiva nota de empenho.

Da subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

9 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

A entrega dos serviços adquiridos será imediatamente ao empenho do crédito destinado

A entrega dos serviços será na Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís, Rua Francisco Richter, 601, CENTRO, Entre-Ijuís/RS. Prédio do Centro Administrativo.

O prazo de entrega dos serviços é de até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do Termo de Contrato, se for o caso ou do recebimento da Nota de Empenho (NE).

O recebimento do objeto será realizado nos termos do [artigo 140, inciso II](#) e seguintes da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

A entrega deverá ser feita nos horários de expediente, agendada previamente com o responsável Secretaria de Administração, o servidor **MAURICIO KLEIN GONÇALVES CPF: 052.313.770-70 - telefone (55) 2120-2777**.

Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de até 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Satisfeitas as condições de verificação do objeto, o Termo de Recebimento será substituído por “aceite” do fiscal responsável, no verso da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), que será(ão) encaminhada(s), para liquidação.

10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Obriga-se a empresa vencedora:

a) Fornecimento total dos serviços levado a efeito para essa finalidade oferecendo as Coberturas conforme previstas no Edital;

b) Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da nota de empenho;

c) Providenciar o imediato atendimento das exigências pactuadas no Edital para a finalidade do mesmo, o que envolve a qualidade, agilidade, a competência profissional e o uso do conhecimento e experiência na condução do ato;

d) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do contrato e ou fornecimentos do objeto;

e) Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís ou a terceiros, por seus funcionários ou decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, indenizando os danos motivados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;

f) Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Entre-Ijuís;

g) Realizar vistoria nos veículos assegurados, antes da assinatura do contrato; caso contrário acatará a recepção dos mesmos na condição de perfeito estado;

h) Indicar preposto ou representante habilitado pela SUSEP, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato;

i) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem sub-contratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, deste órgão licitante.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



- j) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- k) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- l) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- m) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- n) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos serviços;
- o) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência dos serviços fornecidos, sem qualquer ônus adicional;
- p) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- q) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- r) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- s) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- t) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.
- u) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- v) Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital:
https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

11 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços entregues;
- b) Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa executar o contrato dentro das especificações e exigências recomendadas;
- c) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato, **desde que atendidas as formalidades previstas.**
- d) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- f) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- h) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- i) Demais condições constantes do edital de licitação.

12 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XVIII alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021)

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização técnica: LUIS CARLOS FRANTZ – CPF: 934.427.690-00

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa: ANDRESSA ALINE SCHERER: CPF 022.173.380-990

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato: MAURICIO KLEIN GONÇALVES CPF: 052.313.770-70

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13– DO REAJUSTE (Art. 136, da Lei nº 14.133/2021)

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de **um ano** contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequente ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

O reajuste será realizado por apostilamento.

Igualmente, o contrato/Ata poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14– ALTERAÇÕES DO CONTRATO (Art. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021)

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina [Art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).

Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput Art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (Art. 20 da Lei nº 14.133/2021)

Os serviços adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública não deverão ostentar especificações e características excessivas às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo. [Decreto Municipal nº 01/2024 de 03/01/2024](#).

O prazo de garantia é de no mínimo 12 (doze) meses, contados da emissão da nota fiscal e do recebimento dos serviços. ([Código Civil em seu §1º Art. 445](#)).

Caso o fornecedor possua uma garantia maior do que a determinada no presente Termo de Referência, prevalecerá a maior.

16 – DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS (Art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, é de no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pela seguradora, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. ([Código Civil em seu §1º Art. 445](#)).

17 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XVIII alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)

As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento, na seguinte dotação orçamentária:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

041220002.2002000-MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

082430201.2136000-MANUT DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR

185410202.2211000-MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN MEIO AMBIENTE

04.03 – SEC. MUN. DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

041220002.2016000-MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FAZENDARIAS

05.03 – SEC. MUN. DE AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

206060502.2032000-PATRULHA AGRICOLA

06.02 – SEC. MUN. DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

041220603.2047000-MANUT E CONSERV VEIC, MAQUINAS E IMP RODOVIARIOS

07.01 – SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



041220002.2078000-MANUT ATIVID DE ADMINIST, CULT, TURISMO E ESPORTES

08.01 –SEC. MUN. DE SAÚDE

103010802.2252000-PROG MELHORIA ACESSO DE QUALIDADE DE ATENCAO (PMAQ)

09.01 –SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

082440002.2123000-MANUT DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ

18 – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

-Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

m) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei 14.133/21](#));

n) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §4º, da Lei 14.133/21](#));

o) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei 14.133/21](#))

p) Na aplicação das multas:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita no subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas no subitem 13.2, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita no subitem 13.3, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

7. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial

-A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º, da Lei 14.133/21](#))

-Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei 14.133/21](#)):

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei 14.133/21](#))

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º da Lei 14.133/21](#)).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



-A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

-Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei 14.133/21](#)) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

-Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei 14.133/21](#))

-A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei 14.133/21](#))

-A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CENEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161 da Lei 14.133/21](#))

-As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do ([art. 163 da Lei nº 14.133/21](#)).

19 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, XVIII alínea “g”, e arts. 92 e 141 da Lei nº 14.133/2021)

LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do ([art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#)).

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o ([inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no ([art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

PREÇO

-O valor total da contratação é de **R\$ 92.719,77 (Noventa e dois mil, setecentos e dezenove reais, e setenta e sete centavos)**,

-No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

FORMA DE PAGAMENTO:

-O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

-Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PRAZO DE PAGAMENTO

-O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

-Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

-No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

-A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

-Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

-O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

-Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

-A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [\(art. 68 da Lei nº 14.133/2021\)](#).

-Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

-Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

-Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

-Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

-Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. -Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

-Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

-O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos [da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 141 alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão, na forma eletrônica, com fundamento na [Lei n. 14.133/2021](#), que culminará com a seleção da proposta de **menor preço por item** dentre as propostas válidas.

HABILITAÇÃO

1-Habilitação jurídica:

a)No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b)No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c)inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

d)No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e)No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

f)**Cédula de identidade e CPF** do proprietário e dos respectivos sócios se houver;

g)Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

2-Regularidade fiscal e trabalhista:

a)Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

b)Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c)Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

d)Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos [termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição - Anexo V – Declaração Conjunta](#);

e)**Declaração de Enquadramento como ME/EPP – Anexo VII**

f)**Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade – Anexo VIII**

g)**Declaração de não Realização de Visita Técnica – Anexo IX**



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



h) Declaração de Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – Anexo X

i) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

j) O fornecedor enquadrado como **microempreendedor** individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n.123 DE 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (**CNDT**), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**;

m) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

n) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

o) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

p) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

3- Qualificação Econômico-Financeira.

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

c) Como trata-se de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (**Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015**);

4- Qualificação Técnica

d) Apresentação de no mínimo 01 (um) **atestado de qualificação técnica** mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do total de itens cotados na proposta, similar ou do mesmo ramo de atividade econômica, acompanhado de cópias do contrato administrativo ou Nota Fiscal, afim de que se averigue a veracidade do atestado, e devidamente registrado em órgão competente. Não serão considerados atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo empresarial ou de qualquer outra natureza.

e) O(s) **atestado(s) de capacidade técnica** apresentado(s) deverá(ão) se referir a serviços, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, bem como no cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.

5- Proposta

a) As propostas deverão conter o item cotado, quantidades, **valor por item da proposta**, expressos em reais (prevalecerá em casos de divergência entre o **preço total e o unitário**, o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso); e, quando cabível: tipo de embalagem, peso, marca e modelo.

b) A quantidade de unidades a ser cotada deverá ser igual ao quantitativo total respectivo para cada item.

c) Na elaboração da proposta e no preço ofertado deverão ser observadas as especificações requeridas, os requisitos da contratação e estar incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento do objeto, incluindo impostos, taxas, embalagem, seguros, garantia, frete, descarga no local de entrega, montagem e outros necessários à perfeita execução contratual.

6) Pesquisa de Preços:

a) A pesquisa de preços foi realizada com base em ampla pesquisa de mercado com fornecedores do ramo, bem como através de ata de RP de outros órgãos públicos, bem como realizada a Planilha de Custos para com valores referenciais e parâmetros de maneira mais aproximada do valor real de mercado, na forma do **art. 23, incisos I a IV da lei federal 14.133/2021**, e, ainda, em consonância com o **Decreto Municipal de nº 150/2023 de 03/08/2023** "Que regulamenta a pesquisa de preços no âmbito municipal".

20 – DA PUBLICIDADE



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



A Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís, garante a divulgação deste procedimento licitatório visando atender ao que preconiza o Princípio da Publicidade, disposto no [Art. 5º da Lei Federal n.º 14.133/2021](#), o qual demonstra que os atos devem ser públicos e acessíveis, permitindo, de tal maneira, o seu controle e fiscalização.

Ainda, buscando atender ao [Art. 54 da Lei Federal n.º 14.133/2021](#), a publicação do inteiro teor do edital de licitação e seus anexos no Portal de Compras Públicas, ou outros sistemas disponíveis no mercado, que deverão manter integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas, ou outros sistemas disponíveis no mercado, que deverão manter integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o [§1º do Art. 175 da Lei Federal n.º 14.133/2021](#) e no sítio eletrônico oficial do Município de Entre-Ijuís, <https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao>.

20 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

O preço proposto pela empresa licitante, contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

AUSÊNCIA DE FRACIONAMENTO. A unidade demandante não contratou, para o curso do presente exercício, objeto de idêntica natureza, inexistindo desse modo configuração de fracionamento de despesa. Conforme [IN Seges/ME 81/2022, Art. 10](#) não se verifica a necessidade de classificar este Termo de Referência nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

Consta como Anexo a este Termo de Referência à pesquisa de preços, nos [termos da alínea “i”, inciso XXIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021](#).

21 – DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados ao Município de Entre-Ijuís, por escrito, num prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a entrega da proposta de preço e dos documentos de habilitação, endereçado à Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís, à Rua Francisco Richter, 601 – Centro – CEP: 98855-000 – Entre-Ijuís/RS. As respostas serão enviadas às empresas em até 01 (um) dia útil antes do prazo de entrega das propostas. O resultado será enviado através de endereço eletrônico (E-mail). Como forma de agilizar este processo, as licitantes deverão indicar, caso possuam, seu endereço eletrônico na Internet. A consultante deverá indicar, na abertura do texto da mensagem, o número da Licitação a que se refere a consulta.

Entre-Ijuís, 23 de janeiro de 2024

Mauricio Klein Gonçalves
Responsável pela elaboração do TR
Secretário da Administração



ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. INTRODUÇÃO

Este documento estabelece os critérios para a contratação de seguro para a frota do Município de Entre-Ijuís/RS.

A vigência atual do seguro da frota de veículos oficiais do Município de Entre-Ijuís/RS expirou **em 07 de dezembro de 2023**.

2. CONDIÇÕES

2.1. OBJETO

Contratação de SEGURO TOTAL para os veículos da frota oficial do Município de Entre-Ijuís/RS, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas.

2.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO

A apólice referente aos veículos apresentados no **Anexo III** terá sua vigência a partir da assinatura do contrato

Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada como data de início dos serviços, a data do recebimento da respectiva nota de empenho.

2.3. ENDOSSO

Os veículos do Município que não fazem parte desta contratação poderão, ao longo da vigência desta contratação, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso, sem prejuízo do disposto no item 2.4.6 destas Especificações Técnicas.

2.4. CONDIÇÕES GERAIS:

2.4.1. Valor de mercado referenciado:

2.4.2. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em **100% (cem por cento)** do valor divulgado pela **FIPE**, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação desta, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

2.4.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pelo Município, independentemente da quilometragem rodada no período.

2.4.3.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

2.4.2. Da Apólice:

2.4.2.1. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

2.4.2.2. Deverá constar na apólice:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



d) Prêmios discriminados por cobertura.

2.4.2.3. Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes do Anexo XI - Valor de Referência:

a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

I - Valor para indenização de danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

II - Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

b) Acidente por Passageiro (APP):

I - Valor para indenização morte por pessoa: 12.000,00 (doze mil reais);

II - Valor para indenização invalidez por pessoa: 12.000,00 (doze mil reais).

2.4.2.4. Bônus, quando houver, observando o disposto no item 2.4.5 destas Especificações Técnicas.

2.4.2.5. Franquia aplicável. Observando o disposto no item 2.4.7 destas Especificações Técnicas.

2.4.2.6. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento pela CONTRATADA da nota de empenho emitida pela CONTRATANTE.

2.4.2.6.1. Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

2.4.2.7. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela Secretaria de Administração do Município.

2.4.2.8. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

2.4.3. Da Avaria:

2.4.3.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para a contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

2.4.3.2. Após procedimento de recuperação pelo Município, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

2.4.3.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

2.4.3.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 2.4.10 destas Especificações Técnicas, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

2.4.4. Do Aviso de Sinistro:

2.4.4.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

2.4.4.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



2.4.4.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

2.4.4.4. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

2.4.5. Dos Bônus:

2.4.5.1. A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus estabelecidos no **Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços**.

2.4.5.2. A empresa poderá diminuir a bonificação em menos 1 (um), de acordo com informações de ocorrência de sinistros, constantes NESTE ANEXO.

2.4.6. Do Endosso:

2.4.6.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pelo Município e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos itens 2.4.15 e 2.4.16 destas Especificações Técnicas.

2.4.6.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

2.4.6.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pelo Município.

2.4.7. Da Franquia:

2.4.7.1. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

2.4.7.1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

2.4.7.1.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo de **R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)** devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes do **Anexo III**, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.

2.4.7.1.3. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de **R\$ 100,00 (cem reais)**, não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 2.4.7.1 destas Especificações Técnicas.

2.4.7.1.3.1. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

2.4.7.1.4. Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.

2.4.7.1.5. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

2.4.7.1.6. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



2.4.8.Salvados:

2.4.8.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

2.4.8.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

2.4.8.Dos Sinistros:

2.4.8.1. Dos Riscos Cobertos: “**SEGURO TOTAL**”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

2.4.8.1.2. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

2.4.8.1.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

2.4.8.1.4. Raios e suas consequências.

2.4.8.1.5. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

2.4.8.1.6. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

2.4.8.1.7. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

2.4.8.1.8. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

2.4.8.1.8.1. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

2.4.8.1.9. Granizo.

2.4.8.1.10. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

2.4.8.1.11. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto no item 2.4.7.1.2 e 2.4.7.1.3.

2.4.8.1.12. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).

2.4.8.1.13. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

2.4.8.1.14. Cobertura adicional de assistência 24 (vinte e quatro) horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE;

c) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

2.4.9.Da Vistoria Prévia:

2.4.9.1. As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (55) 2120-2779 e realizada na Prefeitura Municipal de



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Entre-Ijuís, onde se encontra o veículo a ser vistoriado, no endereço Rua Francisco Richter, 601, Centro, Entre-Ijuís/RS, CEP 98.855-000.

2.4.9.1.1. O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas antes da vistoria a ser realizada e só deverá acontecer até 72 (setenta e duas) horas antes do início do certame.

2.4.9.1.2. Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

2.4.9.2. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

2.4.10. Regulação de Sinistro:

2.4.10.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

2.4.10.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o Município poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

2.4.10.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do Município.

2.4.10.4. correndo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

2.4.10.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do Município, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

2.4.10.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

2.4.10.7. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a **2% (dois por cento)** do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

2.4.11. Da Indenização:

2.4.11.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

2.4.11.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

2.4.11.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo Município e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

2.4.12. Da Indenização Integral:

2.4.12.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de **75% (setenta e cinco por cento)** do valor referenciado.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



2.4.12.2. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

2.4.12.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

2.4.13. Do Questionário de Avaliação de Risco:

2.4.13.1. Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias.

2.4.13.2. O Município de Entre-Ijuís possui os veículos recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

2.4.13.3. A previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do Município, objeto desta contratação, durante o período da vigência do seguro, é de **20.000 km/ano por veículo**.

2.4.13.4. Diante das informações fornecidas nos itens acima e devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

2.4.14. Da Inclusão e Substituição:

2.4.14.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

2.4.15. Da Exclusão:

2.4.15.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

2.4.15.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

2.4.15.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



ANEXO III – RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS

LOTE ÚNICO – Seguro Frota Geral			
ITEM	Veículo a ser segurado	Descrição do Seguro	Cobertura /Serviços
01	Veículo SPIN MT LTZ 1.8L Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº IUR-6585 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi n 9BGJC7520EB149587 Renavam nº 00566818078 Lotação 7P – 108CV – FLEX - Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
02	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1933 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3194863 Renavam nº 01175058022 Lotação 5P – 88CV – FLEX -Gabinete	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
03	Veículo : CRUZE MID NB AT - Preto Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JCL0E71 Ano/Mod: 2023/2023 Chassi nº: 8AGBM69S0PR146549 Renavam nº 01374681196 Lotação 5P – 153CV - Gabinete do Prefeito	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
04	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1934 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3189608 Renavam nº 01175058391 Lotação 5P – 88CV – FLEX – Sec. Educação	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
05	Veículo SEDAN FIESTA 1.6 Marca/modelo: FORD Placa nº ITJ-7531 Ano/Mod: 2012/2013 Chassi nº 9BFZF54P1D8392591 Renavam nº 00479750785 Lotação 5P – 107CV – FLEX – Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
06	Caminhonete NOVA SAVEIRO CS 1.6 FLEX Marca/modelo: VOLKSWAGEN Placa nº IUN-4796 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi nº 9BWKB05U5EP048404 Renavam nº 00551725699 Capac. 0,71T – 104CV – FLEX - Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 2 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
07	Veículo CRUZE LT 1.8 16V AT Marca/modelo: CHEVROLET SEDAN Placa IUL-3517 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi n 9BGPB69MODB292623 Renavam nº 00545548624 Lotação 5P – 144CV – FLEX – Sec. Fazenda	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
08	Veículo DOBLO ESSENCE 1.8 16V Marca/modelo: FIAT Placa IWA-2673 Ano/Mod: 2014-2015 Chassi n 9BD119609F1121645 Renavam nº 01023483022 Lotação 7P – 132CV – FLEX – Sec. Educação	Casco 100% da FIPE- Bônus 3 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
09	Veículo SEDAN SIENA EL 1.4 FLEX Marca/modelo: FIAT Placa nº IWC-5919 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 8AP372171F6103227 Renavam nº 01027929009 Lotação 5P – 86CV – FLEX – Sec. Agricultura	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 3 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
10	Veículo CLIO EXP 1.0 16V HATCH Marca/modelo: RENAULT	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 2 Danos materiais terceiros	R\$ 150.000,00



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



	Placa nº IXI-3194 Ano/Mod: 2016/2016 Chassi nº 8ª1BB8215GL330538 Renavam nº 01091211903 Lotação 5P – 80CV – FLEX - Saúde	Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais	R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
11	Veículo MONTANA CONQUEST 1.4 ECONOFLEX Marca/modelo: GM Placa nº MHJ-4416 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 9BGXL80POAC236393 Renavam nº 00213695324 Lotação 0,70T - 105CV – FLEX - Agric	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
12	Veículo AIRCROSS START MT 1.6 16V FLEX Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYP-8152 Ano/Mod: 2018/2018 Chassi n 935SUNFN1JB530493 Renavam nº 01157495971 Lotação 5P - 122CV – FLEX - CTutelar	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
13	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2043 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510214 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
14	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2042 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510174 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
15	Veículo MASTER MINIBUS L3H2 2.5DCI 16v AMBULÂNCIA Marca/modelo: RENAULT Placa nº IRN-4146 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 93YADCUH6AJ453012 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
16	Veículo TORO FREEDOM 4X4 2.0 (Aut) 16v TB 4 Marca/modelo: FIAT Placa nº IYB-8C11 Ano/Mod: 2017/2018 Chassi n 988226106JKB53298 Renavam nº 5P- CV- FLEX- Gabinete-DEMAN	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
17	Veículo SPRINTER 415-CDI 2.2 BI-TB VAN STD(T.AI) Marca/modelo: Mercedes-benz Placa nº IYP-4278 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi N°AC906633KE155117 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
18	Veículo : TRANSIT 2.2 FURGAO 350(Longo) TDCi 3p Marca/modelo: FORD Placa nº IOU 3855 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi N° WF0XXPTDFDTU83450 Renavam nº Lotação 3P - CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
19	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JAU0F36 Ano/Mod: 2021/2021 Chassi n 9BGJP7520MB236156 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX - SeSaúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
20	Veículo: RENEGADE SPORT 4X2 1.3 (AT)(Flex) 4p AT	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros	R\$ 150.000,00



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Marca/modelo: JEEP Placa nº JB00191 Ano/Mod: 2022/2022 Chassi n 9886111KRNK462542 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
21	Veículo: KWID INTENSE 1.0 12V Marca/modelo: RENAULT Placa nº JCB-5G97 Ano/Mod: 2023/2024 Chassi nº Renavam nº Lotação 5P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
22	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E89 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB166562 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
23	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E90 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB172168 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
24	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBR2H32 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJJ7520PB206407 Renavam nº01329743269 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Ass. Social	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
25	Veículo : VW/GOL 1.0 Marca/modelo: Volkswagen Placa nº IJT0093 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BWCA05Y31P034621 Renavam nº 00747307474 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00
26	Veículo : CELTA 1.0L LS Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº ISG4F42 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BGRG08F0CG228767 Renavam nº 00346016053 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS		MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024	TIPO MENOR PREÇO POR ITEM	
Proponente:				
Endereço:				
Cidade:			Processo nº: 043/2024	
Telefone:			Data:	
E-mail:			Rubrica:	
LOTE ÚNICO – Seguro Frota Geral				
ITEM	Veículo a ser segurado	Descrição do Seguro	Cobertura /Serviços	VLR UNITÁRIO Veículo a ser segurado
01	Veículo SPIN MT LTZ 1.8L Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº IUR-6585 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi n 9BGJC75Z0EB149587 Renavam nº 00566818078 Lotação 7P – 108CV – FLEX - Saúde			
02	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1933 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3194863 Renavam nº 01175058022 Lotação 5P – 88CV – FLEX - Gabinete			
03	Veículo : CRUZE MID NB AT - Preto Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JCL0E71 Ano/Mod: 2023/2023 Chassi nº: 8AGBM69S0PR146549 Renavam nº 01374681196 Lotação 5P – 153CV - Gabinete do Prefeito			
04	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1934 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3189608 Renavam nº 01175058391 Lotação 5P – 88CV – FLEX – Sec. Educação			
05	Veículo SEDAN FIESTA 1.6 Marca/modelo: FORD Placa nº ITJ-7531 Ano/Mod: 2012/2013 Chassi nº 9BFZF54P1D8392591 Renavam nº 00479750785 Lotação 5P – 107CV – FLEX – Sec. Obras			
06	Caminhonete NOVA SAVEIRO CS 1.6 FLEX Marca/modelo: VOLKSWAGEN Placa nº IUN-4796 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi nº 9BWKB05U5EP048404 Renavam nº 00551725699 Capac. 0,71T – 104CV – FLEX - Obras			
07	Veículo CRUZE LT 1.8 16V AT Marca/modelo: CHEVROLET SEDAN Placa IUL-3517 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi n 9BGPB69MODB292623 Renavam nº 00545548624 Lotação 5P – 144CV – FLEX – Sec. Fazenda			
08	Veículo DOBLO ESSENCE 1.8 16V Marca/modelo: FIAT Placa IWA-2673 Ano/Mod: 2014-2015 Chassi n 9BD119609F1121645 Renavam nº 01023483022 Lotação 7P – 132CV – FLEX – Sec. Educação			
09	Veículo SEDAN SIENA EL 1.4 FLEX			



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Marca/modelo: FIAT Placa nº IWC-5919 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 8AP372171F6103227 Renavam nº 01027929009 Lotação 5P – 86CV – FLEX – Sec. Agricultura			
10	Veículo CLIO EXP 1.0 16V HATCH Marca/modelo: RENAULT Placa nº IXI-3194 Ano/Mod: 2016/2016 Chassi nº 8ª1BB8215GL330538 Renavam nº 01091211903 Lotação 5P – 80CV – FLEX - Saúde			
11	Veículo MONTANA CONQUEST 1.4 ECONOFLEX Marca/modelo: GM Placa nº MHJ-4416 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 9BGXL80POAC236393 Renavam nº 00213695324 Lotação 0,70T - 105CV – FLEX - Agric			
12	Veículo AIRCROSS START MT 1.6 16V FLEX Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYP-8152 Ano/Mod: 2018/2018 Chassi n 935SUNFN1JB530493 Renavam nº 01157495971 Lotação 5P - 122CV – FLEX - CTutelar			
13	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2043 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510214 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde			
14	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2042 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510174 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde			
15	Veículo MASTER MINIBUS L3H2 2.5DCI 16v AMBULÂNCIA Marca/modelo: RENAULT Placa nº IRN-4146 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 93YADCUEH6AJ453012 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde			
16	Veículo TORO FREEDOM 4X4 2.0 (Aut) 16v TB 4 Marca/modelo: FIAT Placa nº IYB-8C11 Ano/Mod: 2017/2018 Chassi n 988226106JKB53298 Renavam nº 5P- CV- FLEX- Gabinete-DEMAN			
17	Veículo SPRINTER 415-CDI 2.2 BI-TB VAN STD(T.AI Marca/modelo: Mercedes-benz Placa nº IYP-4278 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi NºAC906633KE155117 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde			
18	Veículo : TRANSIT 2.2 FURGÃO 350(Longo) TDCi 3p Marca/modelo: FORD Placa nº IOU 3855 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi Nº WF0XXPTDFDTU83450 Renavam nº Lotação 3P - CV – FLEX – Sec. Saúde			
19	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8			



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



	Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JAU0F36 Ano/Mod: 2021/2021 Chassi n 9BGJP7520MB236156 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX - SeSaúde			
20	Veículo: RENEGADE SPORT 4X2 1.3 (AT)(Flex) 4p A/T Marca/modelo: JEEP Placa nº JB00I91 Ano/Mod: 2022/2022 Chassi n 9886111KRNK462542 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde			
21	Veículo: KWID INTENSE 1.0 12V Marca/modelo: RENAULT Placa nº JCB-5G97 Ano/Mod: 2023/2024 Chassi nº Renavam nº Lotação 5P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde			
22	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E89 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB166562 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde			
23	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E90 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB172168 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde			
24	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBR2H32 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJJ7520PB206407 Renavam nº01329743269 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Ass. Social			
25	Veículo : VW/GOL 1.0 Marca/modelo: Volkswagen Placa nº IJT0093 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BWCA05Y31P034621 Renavam nº 00747307474 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras			
26	Veículo : CELTA 1.0L LS Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº ISG4F42 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BGRG08F0CG228767 Renavam nº 00346016053 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras			
VALOR GLOBAL				
Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de ____ dias, com pagamento através do Banco _____ Agência nº _____ c/c nº _____ Cidade/RS ____/____/_____ _____ representante legal da empresa			CNPJ:	



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

(Papel timbrado ou nome da Entidade)

A empresa, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ sob nº**, com sede estabelecida na..... no Município de – CEP:, E-mail:, telefone: (....., por seu representante legal, o Sr., brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da Carteira de Identidade nº SSP/PCRS, CPF nº, residente e domiciliado na, no Município de, CEP:, e-mail:, **DECLARA**, para todo os fins de direito, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos definidos na Pregão Eletrônico para a celebração do Contrato e que:

I. Que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

II. Que não existe fato superveniente impeditivo para sua habilitação no certame ou de participar de licitações ou de contratar com qualquer Órgão da Administração Pública em razão de penalidades e compromete-se em informar a qualquer tempo, sob as penas cabíveis, a superveniência de ocorrências posteriores na forma determinada no *inciso IV, do art. 12, da Lei nº 14.133/2021*;

III. Em atendimento ao disposto no *inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006* (alterada pela *Lei nº 12.272/2014*), não possui, em seu quadro funcional e societário, pessoas membro de Poder ou do Ministério Público, servidor público, empregado público, membro comissionado ou dirigente da Administração Pública ou de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, nem pessoas com qualquer vínculo empregatício com o Município de Entre-Ijuís;

IV. que, em cumprimento ao *art. 7º, inc XXXIII da CF/88*, no *inciso VI, do art. 68 da Lei 14.133/2021*, acrescido pela *Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999*, não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;

V. que não encontra-se impedida ou inidônea para licitar ou contratar com nenhum dos órgãos da Administração Pública em qualquer uma de suas esferas, Federal, Estadual e Municipal;

VI. Assumimos o compromisso irrevogável e irretroatável de promover a entrega do item o qual oferece o menor valor durante este Pregão Eletrônico enquanto o contrato do mesmo estiver em vigência;

VII. Estamos cientes de toda a legislação relativa à presente licitação, e concordamos com todos os termos, cláusulas e condições estabelecidos no Edital e seus Anexos, bem como na Ata do mesmo, comprometendo-se a realizar a entrega do objeto consoante ao que prevê esta legislação e seus anexos;

VIII. que estamos cientes que o não cumprimento contratual, desobrigará o Município de Entre-Ijuís ao pagamento dos valores pactuados, sujeitando-se à empresa as penalidades vigentes.

IX. Não tolera qualquer prática de corrupção e incentiva todos os funcionários, colaboradores, fornecedores a relatarem qualquer tipo de suspeita de atos ilícitos. Sempre que é observado um comportamento considerado inadequado ou que viole os princípios da ética e moralidade, deverá ser comunicar o fato o mais rápido possível. Os colaboradores devem sempre agir de modo transparente e honesto em relação a todos e quaisquer processos ou procedimentos que envolvam licitações ou contratações com a administração pública. São expressamente proibidas todas as ações que possam ser caracterizadas como de vantagem indevida ao agente público.

X. Que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em especial a da *Instrução Normativa nº 01/2010*;

XI. que não está sob pena de interdição temporária dos direitos de que trata o *art. 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*.

XII. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da *Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009*.

XIII. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos *incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal*;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



XIV. que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

XV. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico quanto a participar ou não da referida licitação

Obs: O presente instrumento poderá ser assinado com a utilização de *ferramenta de assinatura e validação eletrônica*, nos termos do [artigo 10º, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200/01](#).

E, por ser expressão da verdade, sob as penas da lei, firmo a presente declaração.

...../RS,de de 2024.

EMPRESA
CNPJ sob nº
representante
EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS, E A EMPRESA.....

O **Município de Entre-Ijuís/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa estabelecida na Rua Francisco Richter, n.º 601, CNPJ-MF n.º 89.971.782/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Entre-Ijuís, Sr. José Paulo Meneghine, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 116.263.720-04, RG n.º 3018233051 SSP/RS, residente e domiciliado neste município, doravante designada **CONTRATANTE**, e, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX XXXX, CNPJ n.º XXXXXXXX/0001-XX, estabelecida na Rua.....,, RS, Fone/Fax: (XX), neste ato representada por seu representante legal,....., Diretor, doravante designada **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Processo nº nº 043/2024**, e em observância às disposições regida pelas **Leis Federais: nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei nº 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e Complementar nº 123/2006**, bem como na forma do **Decreto Municipal nº 03/2024 de 03 de janeiro de 2024** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 010/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1.O objeto do presente instrumento é prestação de serviços de seguro para os veículos da Frota Municipal de Entre-Ijuís, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2.Objeto da contratação:

LOTE 01 – Seguro Frota Geral				
ITEM	Veículo a ser segurado	Descrição do Seguro	Cobertura /Serviços	VLR UNITÁRIO Veículo a ser segurado
01	Veículo SPIN MT LTZ 1.8L Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº IUR-6585 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi n 9BGJC75Z0EB149587 Renavam nº 00566818078 Lotação 7P – 108CV – FLEX - Saúde			
02	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1933 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3194863 Renavam nº 01175058022 Lotação 5P – 88CV – FLEX -Gabiente			
03	Veículo : CRUZE MID NB AT - Preto Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JCL0E71 Ano/Mod: 2023/2023 Chassi nº: 8AGBM69S0PR146549 Renavam nº 01374681196 Lotação 5P – 153CV - Gabinete do Prefeito			
04	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1934 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3189608 Renavam nº 01175058391 Lotação 5P – 88CV – FLEX – Sec. Educação			
05	Veículo SEDAN FIESTA 1.6 Marca/modelo: FORD Placa nº ITJ-7531 Ano/Mod: 2012/2013 Chassi nº 9BFZF54P1D8392591 Renavam nº 00479750785 Lotação 5P – 107CV – FLEX – Sec. Obras			
06	Caminhonete NOVA SAVEIRO CS 1.6 FLEX			



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Marca/modelo: VOLKSWAGEN Placa nº IUN-4796 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi nº 9BWKB05U5EP048404 Renavam nº 00551725699 Capac. 0,71T – 104CV – FLEX - Obras			
07	Veículo CRUZE LT 1.8 16V AT Marca/modelo: CHEVROLET SEDAN Placa IUL-3517 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi n 9BGPB69MODB292623 Renavam nº 00545548624 Lotação 5P – 144CV – FLEX – Sec. Fazenda			
08	Veículo DOBLO ESSENCE 1.8 16V Marca/modelo: FIAT Placa IWA-2673 Ano/Mod: 2014-2015 Chassi n 9BD119609F1121645 Renavam nº 01023483022 Lotação 7P – 132CV – FLEX – Sec. Educação			
09	Veículo SEDAN SIENA EL 1.4 FLEX Marca/modelo: FIAT Placa nº IWC-5919 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 8AP372171F6103227 Renavam nº 01027929009 Lotação 5P – 86CV – FLEX – Sec. Agricultura			
10	Veículo CLIO EXP 1.0 16V HATCH Marca/modelo: RENAULT Placa nº IXI-3194 Ano/Mod: 2016/2016 Chassi nº 8*1BB8215GL330538 Renavam nº 01091211903 Lotação 5P – 80CV – FLEX - Saúde			
11	Veículo MONTANA CONQUEST 1.4 ECONOFLEX Marca/modelo: GM Placa nº MHJ-4416 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 9BGXL80POAC236393 Renavam nº 00213695324 Lotação 0,70T - 105CV – FLEX - Agric			
12	Veículo AIRCROSS START MT 1.6 16V FLEX Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYP-8152 Ano/Mod: 2018/2018 Chassi n 935SUNFN1JB530493 Renavam nº 01157495971 Lotação 5P - 122CV – FLEX - CTutelar			
13	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2043 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510214 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde			
14	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2042 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510174 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde			
15	Veículo MASTER MINIBUS L3H2 2.5DCI 16v AMBULÂNCIA Marca/modelo: RENAULT Placa nº IRN-4146 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 93YADCUH6AJ453012 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde			
16	Veículo TORO FREEDOM 4X4 2.0 (Aut) 16v TB 4			



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Marca/modelo: FIAT Placa nº IYB-8C11 Ano/Mod: 2017/2018 Chassi n 988226106JKB53298 Renavam nº 5P- CV- FLEX- Gabinete-DEMAN			
17	Veículo SPRINTER 415-CDI 2.2 BI-TB VAN STD(T.AI) Marca/modelo: Mercedes-benz Placa nº IYP-4278 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi N°AC906633KE155117 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde			
18	Veículo : TRANSIT 2.2 FURGAO 350(Longo) TDCi 3p Marca/modelo: FORD Placa nº IOU 3855 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi N° WF0XXPTDFDTU83450 Renavam nº Lotação 3P - CV – FLEX – Sec. Saúde			
19	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JAU0F36 Ano/Mod: 2021/2021 Chassi n 9BGJP7520MB236156 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX - SeSaúde			
20	Veículo: RENEGADE SPORT 4X2 1.3 (AT)(Flex) 4p A/T Marca/modelo: JEEP Placa nº JB00I91 Ano/Mod: 2022/2022 Chassi n 9886111KRNK462542 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde			
21	Veículo: KWID INTENSE 1.0 12V Marca/modelo: RENAULT Placa nº JCB-5G97 Ano/Mod: 2023/2024 Chassi nº Renavam nº Lotação 5P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde			
22	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E89 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB166562 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde			
23	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E90 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB172168 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde			
24	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBR2H32 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJJ7520PB206407 Renavam nº01329743269 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Ass. Social			
25	Veículo : VW/GOL 1.0 Marca/modelo: Volkswagen Placa nº IJT0093 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BWCA05Y31P034621 Renavam nº 00747307474 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras			
26	Veículo : CELTA 1.0L LS Marca/modelo: CHEVROLET			



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



Placa nº ISG4F42 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BGRG08F0CG228767 Renavam nº 00346016053 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras			
VALOR GLOBAL			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO ([art. 117, caput](#))

5.1. As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no Termo de Referência - **Anexo I**.

5.2. O **CONTRATANTE** exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais do contrato, nos termos do [art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.3. A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do Município e o preposto da **CONTRATADA** será realizada preferencialmente por meio eletrônico: marta@pmei.rs.gov.br e telefone (55) 2120-2779, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h30min, e, das 13h30min às 17h.

5.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização técnica: LUIS CARLOS FRANTZ – CPF: 934.427.690-00

Fiscalização Administrativa: ANDRESSA ALINE SCHERER: CPF 022.173.380-990

Gestor do Contrato: MAURICIO KLEIN GONÇALVES CPF: 052.313.770-70

5.5. São competências do Fiscal Técnico:

I - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados a CMV;

II - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;

III - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e

IV - indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

5.6. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à **CONTRATADA** informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao Objeto do Edital.

5.7. A fiscalização do **CONTRATANTE** poderá exigir a substituição de qualquer preposto da **CONTRATADA**, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

5.8. A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

5.9. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO ([art. 92, V](#))



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



6.1.O valor total da contratação é de (.....)

6.2.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SETIMA- PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1.O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, **Anexo I** a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano da data limite para a apresentação das propostas.

8.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5.Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6.Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1.São obrigações do Contratante:

9.2.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência **Anexo I**;

9.4.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.7.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.8.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.9.Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.10.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.1.A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias* a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11.Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

9.12.Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. Fornecimento total dos serviços levado a efeito para essa finalidade oferecendo as Coberturas conforme previstas no Edital;

10.2. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da nota de empenho;

10.3. Providenciar o imediato atendimento das exigências pactuadas no Edital para a finalidade do mesmo, o que envolve a qualidade, agilidade, a competência profissional e o uso do conhecimento e experiência na condução do ato;

10.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do contrato e ou fornecimentos do objeto;

10.5. Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís ou a terceiros, por seus funcionários ou decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, indenizando os danos motivados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;

10.6. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Município de Entre-Ijuís;

10.7. Realizar vistoria nos veículos assegurados, antes da assinatura do contrato; caso contrário acatará a recepção dos mesmos na condição de perfeito estado;

10.8. Indicar preposto ou representante habilitado pela SUSEP, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato;

10.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem sub-contratar qualquer parte do objeto do contrato, sem prévio consentimento, por escrito, deste órgão licitante.

k.atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

10.10. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.11. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II da Lei 14.133/21](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.12. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o ([Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#)), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.15. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.16. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



10.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.19. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.22. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116 da Lei 14.133/21](#));

10.26. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único da Lei 14.133/21](#));

10.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD-LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. As partes deverão cumprir [a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



registro individual rastreável de tratamentos realizados ([art. 37 da LGPD](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DO OBJETO ([art. 92, XII](#))

12.1. O prazo de garantia da execução é de no mínimo 12 (doze) meses, contados da emissão da nota fiscal e do recebimento dos equipamentos. ([Código Civil em seu §1º Art. 445](#)).

Caso o fornecedor possua uma garantia maior do que a determinada no presente Termo de Referência, prevalecerá a maior.

12.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, em conformidade com as condições e especificações constante no Termo de Referência - **Anexo I** - parte integrante do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

j. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

l. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)), de acordo com **Anexo V** do Edital.

m. Multa:

- 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
- 7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



13.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a.a natureza e a gravidade da infração cometida;

b.as peculiaridades do caso concreto;

c.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d.os danos que dela provierem para o Contratante;

e.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21](#).



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



2.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

3.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.6.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

2.Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3.Indenizações e multas.

14.7.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.8.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

15.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.01 –GABINETE DO PREFEITO

041220002.2002000-MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

082430201.2136000-MANUT DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR

185410202.2211000-MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN MEIO AMBIENTE

04.03 –SEC. MUN. DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

041220002.2016000-MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FAZENDARIAS

05.03 –SEC. MUN. DE AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

206060502.2032000-PATRULHA AGRÍCOLA

06.02 –SEC. MUN. DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

041220603.2047000-MANUT E CONSERV VEIC, MAQUINAS E IMP RODOVIARIOS

07.01 –SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

041220002.2078000-MANUT ATIVID DE ADMINIST, CULT, TURISMO E ESPORTES

08.01 –SEC. MUN. DE SAÚDE

103010802.2252000-PROG MELHORIA ACESSO DE QUALIDADE DE ATENCAO (PMAQ)

09.01 –SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

082440002.2123000-MANUT DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

16.1.Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), [Lei nº 14.770 de 22 de dezembro de 2023](#) e [Complementar nº 123/2006](#), bem como na forma do [Decreto Municipal nº 03/2024 de 03 de janeiro de 2024](#) e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – ALTERAÇÕES

17.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



17.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial do Município, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17.2.Em se tratando de contratação por Pregão Eletrônico, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 20 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o [inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1.Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santo Ângelo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Entre-Ijuís, 07 de MARÇO de 2024

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela *Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006*, em especial quanto ao seu *art. 3º*; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos *art. 42 a 49* da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas *no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar*.

_____, _____ de _____ de 20____.

Representante Legal



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS
Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



ANEXO VIII – MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

_____, _____ de _____ de 20____.

Representante Legal



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, cujo CNPJ consta se sob o nº _____, situada a _____, DECLARA para fins do **Processo Licitatório nº 43/2024**, na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 10/2024**, que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível para referida contratação, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaiando em nenhuma hipótese a responsabilidade sobre o Município de Entre-Ijuís sobre o desconhecimento da autoria da frota municipal, a mesma assume assim a responsabilidade por cobrir as próprias custas todas e quaisquer eventualidades que advirem de condições que poderiam ter sido conhecidas em tal visita.

_____, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do representante legal (carimbo da empresa)



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS
Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



AENXO X - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS Lei Federal n.º 13.709/2018 E ALTERAÇÕES

A empresa _____, inscrita sob o CNPJ n.º _____, localizada na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, da cidade de _____ Estado de _____, através de seu representante legal _____, portador do Documento de Identidade n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, DECLARA:

Que para fins de cumprimento ao [art. 11 inciso I da LGPD](#), bem como o Princípio da Publicidade autoriza a divulgação dos dados necessários, inclusive os definidos como sensíveis, no que compete aos contratos administrativos decorrentes deste certame.

Que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos, bem como cientificar os colaboradores, sócios, dentre outros sob sua responsabilidade, sobre eventuais dados que possam vir a serem divulgados em decorrência deste procedimento licitatório.

Que tem conhecimento sobre a vedação às partes da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Que se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, exceto as informações públicas, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto definido por este edital e seus respectivos anexos.

Que tem ciência sobre sua responsabilidade administrativa e judicial, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

Que tem conhecimento e autoriza, em atendimento ao disposto na LGPD, o CONTRATANTE, para a efetiva execução do objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA/DETENDORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço físico e eletrônico, cópia do documento de identificação dentre outros previstos no [art. 5º, inciso II da LGPD](#).

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Cidade/UF, de de 2024.

Nome/Ass.

Empresa/CNPJ



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



ANEXO XI: VALOR DE REFERÊNCIA

LOTE ÚNICO				
ITEM	Veículo a ser segurado	Descrição do Seguro	Cobertura /Serviços	Valor unitário
01	Veículo SPIN MT LTZ 1.8L Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº IUR-6585 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi n 9BGJC75Z0EB149587 Renavam nº 00566818078 Lotação 7P – 108CV – FLEX - Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.705,38
02	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1933 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3194863 Renavam nº 01175058022 Lotação 5P – 88CV – FLEX -Gabiente	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.540,53
03	Veículo : CRUZE MID NB AT - Preto Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JCL0E71 Ano/Mod: 2023/2023 Chassi nº: 8AGBM69S0PR146549 Renavam nº 01374681196 Lotação 5P – 153CV - Gabinete do Prefeito	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.846,83
04	Veículo SEDAN GRAND SIENA ATTRACTIV 1.4 Marca/modelo: FIAT Placa IVU-1934 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 9BD197132F3189608 Renavam nº 01175058391 Lotação 5P – 88CV – FLEX – Sec. Educação	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.540,53
05	Veículo SEDAN FIESTA 1.6 Marca/modelo: FORD Placa nº ITJ-7531 Ano/Mod: 2012/2013 Chassi nº 9BFZF54P1D8392591 Renavam nº 00479750785 Lotação 5P – 107CV – FLEX – Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.287,24
06	Caminhonete NOVA SAVEIRO CS 1.6 FLEX Marca/modelo: VOLKSWAGEN Placa nº IUN-4796 Ano/Mod: 2013/2014 Chassi nº 9BWK05U5EP048404 Renavam nº 00551725699 Capac. 0,71T – 104CV – FLEX - Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 2 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.871,82
07	Veículo CRUZE LT 1.8 16V AT Marca/modelo: CHEVROLET SEDAN Placa IUL-3517 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi n 9BGPB69MODB292623 Renavam nº 00545548624 Lotação 5P – 144CV – FLEX – Sec. Fazenda	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.840,34
08	Veículo DOBLO ESSENCE 1.8 16V Marca/modelo: FIAT Placa IWA-2673 Ano/Mod: 2014-2015 Chassi n 9BD119609F1121645 Renavam nº 01023483022 Lotação 7P – 132CV – FLEX – Sec. Educação	Casco 100% da FIPE- Bônus 3 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.827,74



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
http://www.entreijuis.rs.gov.br



09	Veículo SEDAN SIENA EL 1.4 FLEX Marca/modelo: FIAT Placa nº IWC-5919 Ano/Mod: 2014/2015 Chassi n 8AP372171F6103227 Renavam nº 01027929009 Lotação 5P – 86CV – FLEX – Sec. Agricultura	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 3 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.272,52
10	Veículo CLIO EXP 1.0 16V HATCH Marca/modelo: RENAULT Placa nº IXI-3194 Ano/Mod: 2016/2016 Chassi nº 8ª1BB8215GL330538 Renavam nº 01091211903 Lotação 5P – 80CV – FLEX - Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 2 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.327,73
11	Veículo MONTANA CONQUEST 1.4 ECONOFLEX Marca/modelo: GM Placa nº MHJ-4416 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 9BGXL80POAC236393 Renavam nº 00213695324 Lotação 0,70T - 105CV – FLEX - Agric	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	3.607,90
12	Veículo AIRCROSS START MT 1.6 16V FLEX Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYP-8152 Ano/Mod: 2018/2018 Chassi n 935SUNFN1JB530493 Renavam nº 01157495971 Lotação 5P - 122CV – FLEX - CTutelar	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.461,36
13	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2043 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510214 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.668,22
14	Veículo AIRCROSS STAR 1.6 16V(Mec.)(FlexStart) Marca/modelo: CITROEN Placa nº IYW-2042 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi n 935SUNFN1KB510174 Renavam nº Lotação 5P - 122CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.668,22
15	Veículo MASTER MINIBUS L3H2 2.5DCI 16v AMBULÂNCIA Marca/modelo: RENAULT Placa nº IRN-4146 Ano/Mod: 2010/2010 Chassi n 93YADCUH6AJ453012 Renavam nº Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	5.188,60
16	Veículo TORO FREEDOM 4X4 2.0 (Aut) 16v TB 4 Marca/modelo: FIAT Placa nº IYB-8C11 Ano/Mod: 2017/2018 Chassi n 988226106JKB53298 Renavam nº 5P- CV- FLEX- Gabinete-DEMAN	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.550,33
17	Veículo SPRINTER 415-CDI 2.2 BI-TB VAN STD(T.AI) Marca/modelo: Mercedes-benz Placa nº IYP-4278 Ano/Mod: 2018/2019 Chassi N°AC906633KE155117 Renavam nº	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	6.425,19



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	Lotação 16P - CV – FLEX – Sec. Saúde			
18	Veículo : TRANSIT 2.2 FURGAO 350(Longo) TDCi 3p Marca/modelo: FORD Placa nº IOU 3855 Ano/Mod: 2013/2013 Chassi Nº WFOXXPTDFDTU83450 Renavam nº Lotação 3P - CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.779,94
19	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JAU-0F36 Ano/Mod: 2021/2021 Chassi n 9BGJP7520MB236156 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX - SeSaúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.234,78
20	Veículo: RENEGADE SPORT 4X2 1.3 (AT)(Flex) 4p A/T Marca/modelo: JEEP Placa nº JB0-0I91 Ano/Mod: 2022/2022 Chassi n 9886111KRNK462542 Renavam nº Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.462,11
21	Veículo: KWID INTENSE 1.0 12V Marca/modelo: RENAULT Placa nº JCB-5G97 Ano/Mod: 2023/2024 Chassi nº Renavam nº Lotação 5P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.926,38
22	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E89 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB166562 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	5.630,90
23	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBO-3E90 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJP7520PB172168 Renavam nº01323107212 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Saúde	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.380,90
24	Veículo : SPIN PREMIER (AT)(Econo.Flex) 1.8 Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº JBR-2H32 Ano/Mod: 2022/2023 Chassi n 9BGJJ7520PB206407 Renavam nº01329743269 Lotação 7P – 108CV – FLEX – Sec. Ass. Social	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	4.335,70
25	Veículo : VW/GOL 1.0 Marca/modelo: Volksvagen Placa nº IJT-0093 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BWCA05Y31P034621 Renavam nº 00747307474 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.046,09



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



26	Veículo : CELTA 1.0L LS Marca/modelo: CHEVROLET Placa nº ISG-4F42 Ano/Mod: 2000/2001 Chassi n 9BGRG08F0CG228767 Renavam nº 00346016053 Lotação 5P – 62CV - Sec. Obras	Casco 100% da FIPE- BÔNUS 4 Danos materiais terceiros Danos corporais terceiros Acidentes pessoais para passageiros por morte acidental e /ou invalidez permanente, por passageiro Danos morais terceiros	R\$ 150.000,00 R\$ 300.000,00 R\$ 18.000,00 R\$ 90.000,00	2.292,60
	VALOR TOTAL			R\$ 92.719,77